

**A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E A FORMAÇÃO INICIAL DE NOVOS GESTORES:
EXPERIMENTOS SOCIOPEDAGÓGICOS EM UMA IES NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA.**

AUTORIA

Breno Anderson Pereira Melo

E-mail: breno.anderson@yahoo.com.br

Universidade Federal do Pará

Voyner Ravena Cañete

E-mail: ravenacanete@ufpa.br

Universidade Federal do Pará

RESUMO

Este trabalho analisa o processo de formação dos bacharéis em Administração na cidade de Abaetetuba/PA e sua capacidade de promover a compreensão da complexidade das questões ambientais particularmente sobre cenários de risco, o estudo contribui apresentando uma proposta didática que utiliza a pedagogia baseada em projetos para o ensino da Responsabilidade Socioambiental. Buscando promover a formação de profissionais competentes para apoiar soluções econômicas e socioambientais nas organizações, apresentando resultados que proporciona processos reflexivos sobre o papel do ensino da Administração e da formação de novos gestores. A metodologia do estudo possui uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada e exploratória, para alcançar os objetivos propostos foi utilizado à pesquisa bibliográfica, documental, pesquisa de campo com aplicação de questionário semiestruturado com os alunos do curso de Administração de uma IES pesquisada.

Palavras-chave: Educação Superior; Administração; Complexidade Ambiental; Amazônia.

Eixo Temático 3. Tecnologias e Inovações Sociais: soluções sociais a partir de múltiplas dimensões, práticas e conexões de saberes.

1. INTRODUÇÃO

Beck (1992) ensina que o desenvolvimento científico e industrial resulta em riscos que não podem ser contidos espacial ou temporalmente, não possibilitando culpar o responsável pelos danos ocasionados por esses riscos e nem as vítimas desses riscos podem ser compensados, devido à dificuldade de cálculo desses danos. O autor ressalta em sua obra que os riscos não são puramente ecológicos, mas ocorre uma precarização crescente das condições de vida, o aumento das desigualdades sociais, incerteza quanto às condições de emprego, tornando-se a exposição aos riscos generalizada.

A região amazônica, em especial o estado do Pará através de um modelo de desenvolvimento capitalista e liberal, intensificou e acelerou o processo de ocupação e crescimento da região com base em uma visão externa e privilegiando o centro do poder nacional (BECKER, 2000).

Mas essa violenta tentativa de desenvolver o estado resultou em uma série de cenários de riscos para a Amazônia, um impetuoso ciclo de desmatamento, exploração pecuária e madeireira, intensos conflitos sociais e ambientais, grandes projetos que formaram enclaves econômicos e uma intensa e perversa exploração da população local, causando inúmeros danos sociais.

Nesta perspectiva, os impactos indesejados desse sistema exploratório se refletem a toda sociedade, principalmente para grupos mais vulneráveis. Como ensina o professor Henri Acselrad (2012), o capitalismo liberalizado faz com que os danos decorrentes de práticas poluentes recaiam predominantemente sobre grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico. Basicamente, os benefícios destinam-se às grandes interesses econômicos e os danos a grupos sociais despossuídos.

É importante reconhecer que os projetos industriais e as políticas de crescimento são geradores de cenários de riscos e injustiças socioambientais, uma vez que imputam riscos e danos às comunidades mais carentes e vulneráveis de nossa sociedade, conflitos que refletem a contradição de que as vítimas das injustiças sociais são excluídas do dito desenvolvimento, mas neles recai todo o ônus resultante (ZHOURI, 2008).

Na perspectiva de redução dos impactos socioambientais, surgem nas discussões políticas e acadêmicas sobre a necessidade urgente da gestão ambiental e dos riscos socioambientais, além da responsabilidade socioambiental das instituições na busca pela sustentabilidade.

Dias (2017) contribui afirmando que do ponto de vista empresarial, a gestão ambiental é a expressão utilizada para se denominar a gestão empresarial que se orienta para evitar, na medida do possível, problemas para o meio ambiente. Em outros termos é a gestão cujo objetivo é conseguir que os efeitos ambientais não ultrapassem a capacidade de carga do meio onde se encontra a organização, ou seja, obter-se o desenvolvimento sustentável.

A eficiência econômica de uma organização deve ser avaliada em termos macrossociais e não somente na perspectiva da lucratividade empresarial (SACHS, 1993), dessa forma, analisar a gestão de uma empresa e a sua efetividade seria muito mais que alocar os recursos para maximizar o capital, passaria pela capacidade do gestor em compreender as questões socioambientais, o diálogo com os atores sociais e a harmonia entre gestão empresarial e gestão ambiental.

Nesse sentido, esse novo gestor deve possuir um sólido conhecimento ambiental, voltado para lhe proporcionar bases para um senso crítico em relação aos problemas ambientais. Tal sensibilização é extremamente necessária na graduação, em especial neste estudo para os cursos de Bacharelado em Administração.

Porém, proporcionar ao educando uma educação para a sustentabilidade ambiental como instrumento de reflexão crítica e emancipadora é um grande paradigma na educação brasileira, principalmente nas instituições de ensino superior que ainda mantém currículos fechados dentro dos campos de conhecimento.

Nessa perspectiva, Paulo Freire nos revela que, “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.” (FREIRE, 1996, p. 12), quando reportando isso para a educação ambiental crítica, aqui percebida como uma educação política, onde busca preparar o educando a reivindicar e compreender criticamente a justiça social e ética nas relações socioambientais (REIGOTA, 1994). Assim compreendemos a responsabilidade socioambiental como uma prática social que contribui no processo de construção de uma sociedade orientada por novos paradigmas, distintos dos atuais, nos quais a sustentabilidade da vida é primordial (LOUREIRO, 2002).

Para Leff (2011) só é possível construir uma racionalidade ambiental, através de um conhecimento holístico e integrador, com implicação de múltiplas causalidades e com a hibridação das ciências, das tecnologias e do saber popular. Dessa maneira, a formação do gestor bacharel em Administração necessita de um caráter mais adaptado, para compreender a problemática ambiental em sua totalidade através da interdisciplinaridade.

Sendo assim, surge o problema **“Como a formação dos futuros gestores é capaz de promover a compreensão da complexidade das questões ambientais? Como uma ferramenta metodológica de caráter pedagógico permite promover processos de reflexão e conscientização sobre cenários de risco ambiental?”**.

Dessa forma, este estudo busca contribuir apresentando uma proposta didática para o ensino da Responsabilidade Socioambiental para o curso de Bacharelado em Administração, capaz de formar profissionais competentes para apoiar soluções econômicas e socioambientais. Assim, este artigo apresenta resultados relativos a um estudo que proporciona processos reflexivos ao papel do ensino da Administração e da formação de novos gestores, alterando a concepção de formar gestores sem o devido conhecimento de sua responsabilidade individual e de grupo com a sociedade, educando alunos para além das capacidades profissionais e gerenciais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O CENÁRIO DE RISCOS AMBIENTAIS

Através do processo de exploração do capital, surge uma sociedade de risco que pode ser definida pela falta de controle do processo de produção e pela desorientação e até mesmo a falta de reflexão sobre o que o descontrole da produção pode causar na sociedade (BECK, 1995).

As questões ambientais não devem ser discutidas somente com preocupação com o meio ambiente, como algo não proveniente da ação humana, uma vez que o meio ambiente é completamente penetrado e ordenado pela vida social humana. O “natural” e o “social” estão interligados e confundidos entre si, e os seres humanos têm de tomar decisões práticas e éticas em relação às questões ecológicas (GIDDENS; BECK, 1997).

O desenvolvimento técnico científico garantiu ao homem o poder de forte intervenção na natureza, através do aperfeiçoamento e melhoria das forças produtivas, transformando de maneira substancial a relação do homem com o meio ambiente. Onde antes a natureza era vista como poderosa e desconhecida, um poder além da compreensão humana, hoje ela se mostra impactada pelos imperativos do crescimento econômico e das forças produtivas.

LEFF (2006, p. 123) esclarece que este modelo de dominação ocorre uma vez que a modernidade e a racionalidade iluminista provocaram o distanciamento entre o homem e a ordem natural, a fragmentação da natureza, a objetivação do mundo, o discurso moderno colaborou com o afastamento do homem quanto à ordem da natureza, o fortalecimento de que esta seria um objeto a ser apropriado e explorado. A modernidade propôs, assim, o crescimento econômico a partir de um paradigma da negação: a negação da natureza.

Entretanto, a produção social do risco não ocorre de maneira equânime e uniforme para toda a sociedade, assim como definida por Beck (1992), o sistema capitalista aliado às ações discriminatórias dos governos, interage de forma articulada gerando desigualdades socioambientais. O professor Henri Acselrad em sua obra *Justiça ambiental e construção social do risco* (2002), explica que:

A viabilização da atribuição desigual dos riscos encontra-se na suposta fraqueza política dos grupos sociais residentes nas áreas de destino das instalações perigosas, comunidades ditas “carentes de conhecimento”, “sem preocupações ambientais” ou “fáceis de manejar”, na expressão dos consultores detentores da ciência da resistência das populações à implantação de fontes de risco (ACSELRAD, 2002, p.08).

Esses mecanismos expressam o caráter discriminatório dos riscos e das desigualdades socioambientais, revelando os mecanismos políticos, sociais e econômicos, onde na sociedade capitalista o acúmulo de capital se dá mediado pela expropriação ambiental dos trabalhadores, e o lucro das grandes corporações empresariais se vinculam à degradação ambiental dos espaços de vida e de trabalho desses grupos e classes expropriadas (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013).

Os riscos socioambientais não são democráticos no sistema capitalista na “Sociedade de riscos”, os riscos são escalonados e irremediavelmente deslocados para as populações mais fragilizadas e vulneráveis. Esta relação ainda é mais visível na região amazônica, dado que esta sofreu um processo de povoamento totalmente alinhado aos moldes capitalistas de ocupação que trataremos a seguir.

2.2 O CENÁRIO DE RISCOS AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA.

A perspectiva nacionalista, a integração da região e os interesses desenvolvimentistas sempre permearam as políticas nacionais e os planos nacionais de desenvolvimento da região amazônica, baseadas no discurso de progresso e modernização (CASTRO, 2017, p. 23).

Para compreender a complexidade dos aspectos atuais dos riscos socioambientais na Amazônia, vale lembrar sobre os processos de colonização e povoamento da região, uma vez, que impactos em que a Amazônia foi submetida nos últimos 40 anos podem ser considerados inéditos (LUI; MOLINA, 2016), uma vez que muitos projetos implantados na região ocasionaram vários impactos no território no que se refere à economia, ao meio ambiente e à sociedade local (TAVARES, 2011).

Em síntese, os projetos implantados na região nas décadas de 50 a 80 do século XX concentraram-se na Amazônia Oriental, contudo Becker (2001) explica que:

O privilégio atribuído aos grandes grupos e a violência da implantação acelerada da malha tecno política, que tratou o espaço como isotrópico e homogêneo, com profundo desrespeito pelas diferenças sociais e ecológicas, tiveram efeitos extremamente perversos nas áreas onde foi implantada, destruindo, inclusive, gêneros de vida e saberes locais historicamente construídos.

Lui e Molina (2016) revelam que o que impressiona no processo de “modernização” da Amazônia pelas grandes empresas que se instalaram na região é o aumento exponencial no tamanho e na velocidade dos impactos. Tal impacto reflete uma lógica econômica na qual a expansão da lucratividade se colocou como a principal motivação para a transformação da paisagem, além da desvalorização e da falta de apego a terra, num processo de ocupação conduzido por pessoas que não tinham nenhuma relação prévia com a região. No contexto amazônico as transformações do território, das mudanças sociais, a amplitude da devastação ambiental ocasionadas pela dominação capitalista exógena, tornaram-se conflitos socioambientais

sangrentos e perversos. Atores sociais das classes menos favorecidas e seus movimentos são desafiados e intimidados com a perda de suas vidas, reptos que são simultaneamente, de reconhecimento e de identidade desses grupos, em meio à globalização ascendente e ao questionamento do modelo de desenvolvimento pelos problemas socioambientais que ele produziu (TEISSERENC, 2010).

A Amazônia é multifacetada onde é necessária uma interpretação e reflexão acerca das diferentes realidades sócio-culto-ambientais e que a gestão dessas múltiplas situações necessita de uma ação muito mais adaptada e que compreenda toda essa complexidade com um sentimento de pertencimento e alteridade. Para isso é necessário formar gestores com discernimento capaz de mudar a realidade local.

2.3. A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.

O processo educativo com base na pedagogia crítica parte da concepção que a partir da formação crítica é possível conduzir ao desenvolvimento de cidadãos que sejam capazes de analisar suas realidades sociais, históricas e culturais, criando possibilidades para transformá-la, conduzindo alunos e professores a uma maior autonomia e emancipação (FREIRE, 1996).

Na Educação Ambiental (EA) que se nomeia crítica deve se basear na formação do cidadão crítico, habilitando-o a refletir sobre seu mundo e a intervir no mesmo, possuindo suporte na Pedagogia Crítica de Paulo Freire.

Em uma concepção crítica de Educação Ambiental, acredita-se que a transformação da sociedade é causada e consequência da transformação de cada indivíduo, há uma reciprocidade dos processos no qual propicia a transformação de ambos. Nesta visão o educando e o educador são agentes sociais que atuam no processo de transformações sociais; portanto, o ensino é teoria/prática, é práxis. Ensino que se abre para a comunidade com seus problemas sociais e ambientais, sendo estes conteúdos de trabalho pedagógico. Aqui a compreensão e atuação sobre as relações de poder que permeiam a sociedade são priorizados, significando uma educação política. (GUIMARÃES, 2000, p.17)

Nessa perspectiva, Loureiro e Layrargues (2013) ensinam que a Educação Ambiental Crítica é aquela que, em síntese, busca pelo menos três situações pedagógicas:

a) efetuar uma consistente análise da conjuntura complexa da realidade a fim de ter os fundamentos necessários para questionar os condicionantes sociais historicamente produzidos que implicam a reprodução social e geram a desigualdade e os conflitos ambientais; b) trabalhar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais ante as relações de expropriação, opressão e dominação próprias da modernidade capitalista; c) implantar a transformação mais radical possível do padrão societário dominante, no qual se definem a situação de degradação intensiva da natureza e em seu interior, da condição humana (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p.64).

José Silva Quintas ensina a importância da educação ambiental crítica (EAC) para a gestão ambiental. O método de ensino crítico possibilita uma compreensão e sensibilização dos gestores em relação a complexidade ambiental, pois se torna crítica quando discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação sociedade-natureza e das relações sociais que ele institui. Transformadora, porque ao pôr em discussão o caráter do processo civilizatório em curso, acredita na capacidade da humanidade construir outro futuro a partir da construção de um outro presente e, também é emancipatória, por tomar

a liberdade como valor fundamental e buscar a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos, (QUINTAS, 2004, p. 132).

Nessa perspectiva, percebesse a importância da gestão ambiental como um processo participativo, integrado e contínuo, que visa promover a compatibilização das atividades humanas com a qualidade e a preservação do patrimônio ambiental (BERTÉ, 2013).

O mesmo ocorre com a responsabilidade socioambiental que é compreendida atualmente como estratégias pensadas para orientar as ações das empresas em consonância com as necessidades sociais e ambientais das comunidades, de modo que a empresa garantam, além do lucro, o bem estar da sociedade e a busca do desenvolvimento sustentável (DIAS, 2017).

O atual cenário corporativo integra os elementos sociais e ambientais no processo de gestão, mas não necessariamente estão contidos ou obrigados na legislação, uma responsabilidade socioambiental que vai muito além da filantropia ou politicagem. As empresas estão cada vez mais compreendendo seu papel social, no respeito aos direitos humanos, na melhoria da qualidade de vida da comunidade e no cuidado com o meio ambiente (DIAS, 2017).

Layrargues e Lima (2014) demonstram a dificuldade da inserção da EAC no ensino da gestão socioambiental no ensino superior, enfatizando:

Que é importante mencionar o entendimento de Quintas (2004), que confere uma prevalência à dimensão política da gestão socioambiental, uma importante distinção no significado atribuído à Gestão Ambiental e a Responsabilidade Socioambiental que em muitos cursos de graduação no país concebem um forte peso somente à dimensão administrativa (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p.35).

Essa problemática é mais visível quando observamos a estrutura dos currículos de cursos tradicionais como a Administração, fato que afeta a formação dos novos gestores, uma vez que a educação superior precisa formar o profissional para atuar com ética, disseminando valores dentro das organizações, com o propósito que os futuros administradores possam transformar a realidade atual das organizações (SPRINGETT, 2005). As instituições de ensino superior devem formar cidadãos que primem pela ética, que compreendam seu papel social e com o meio ambiente, possibilitando a seus educandos uma educação emancipatória. Sobre esse papel, Volpi destaca:

Produzir o saber buscando o equilíbrio entre o conteúdo social e a excelência acadêmica especificamente profissional, num explícito comprometimento com a elevação das condições de vida a níveis mais dignos e fraternos, numa significativa interação com o entorno social onde se situa (VOLPI, 1996, p.18).

Nesse sentido, possibilitar práticas educacionais visando o exercício da responsabilidade socioambiental e da sustentabilidade, “[...] implica em ir além de uma sustentabilidade de mercado, reprodutivista, fragmentária e reducionista” (LIMA, 2003, p.17), ou seja, educar visando formar profissionais e gestores que compreendam os princípios e as necessidades que fazem do desenvolvimento sustentável uma questão de sobrevivência. Tais profissionais devem possuir uma postura crítico-reflexiva quanto à gestão ambiental e a responsabilidade socioambiental em suas esferas políticas, sociais, econômicas, culturais e principalmente ambientais, integrando interesses empresariais e os interesses coletivos, objetivando o desenvolvimento sustentável.

Lopes (2002) comenta que “a formação dos administradores tornou-se essencialmente técnica e fragmentada em grupos disciplinares”, onde os discentes apenas aprendem de forma disciplinar não havendo uma inter-relação entre as disciplinas e as ciências, acarretando em um ensino fragmentado, onde o

aluno apenas consegue perceber os fenômenos organizacionais de maneira interdependente, sem atentar para a dinâmica social.

Demajorovic e Silva (2012) explicam que formação de administradores com pressupostos orientados pela sustentabilidade exige novas propostas pedagógicas interdisciplinares, de forma que a visão integrada, sistêmica e holística possa substituir as abordagens pedagógicas exclusivamente disciplinares.

Este estudo busca analisar o processo de formação dos bacharéis em Administração e sua capacidade de promover a compreensão da complexidade das questões socioambientais particularmente sobre cenários de risco. Compreendemos que a integração das variáveis ambientais e sociais nos desenhos pedagógicos interdisciplinares dos cursos de administração figura como um enorme desafio (SPRINGETT, 2005).

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia – FAM, localizada na Rodovia Dr. João Miranda 1541 – Bairro : Bosque, na cidade de Abaetetuba – PA. A escolha da Faculdade ocorreu pelo fato do pesquisador ser docente da instituição do curso de Bacharelado em Administração, além da aceitação da pesquisa por parte da coordenação do curso e a coordenação pedagógica da instituição.

Os sujeitos da pesquisa serão 52 (cinquenta e dois) alunos de duas turmas do sétimo semestre do Curso de Bacharelado em Administração que tiveram aulas da disciplina Responsabilidade Socioambiental.

A pesquisa quanto à abordagem ela foi qualitativa, de natureza aplicada, possuindo objetivo exploratório e seu procedimento ocorreu através de uma pesquisa de campo com realização de coleta de dados junto aos alunos.

Para a coleta de dados ocorreu à pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental para analisar a grade curricular do curso de Administração, o Programa Político e Pedagógico e a ementa do curso para que seja possível verificar como a abordagem ambiental ocorre durante o curso.

Não obstante, foi aplicado um questionário semiestruturado contendo perguntas abertas e fechadas com os alunos, para compreender inicialmente a percepção ambiental e os conhecimentos prévios dos educandos sobre a temática de responsabilidade socioambiental e gestão ambiental, que auxiliou na construção de uma proposta didática para disciplina Responsabilidade Socioambiental. Após o término da disciplina foi reaplicado o questionário para verificar a eficácia da proposta didática e como ela facilitou ou não a construção do conhecimento, além de possibilitar uma avaliação da própria proposta didática, foi utilizado a análise de conteúdo nos dados encontrados através da análise temática.

4. PROPOSTA PEDAGÓGICA

Como produto deste estudo, foi elaborada e aplicada uma proposta didática para o ensino da disciplina Responsabilidade Socioambiental para o curso de Administração na Faculdade FAM em Abaetetuba. A proposta buscou contribuir para o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas, que colaborem com a formação de administradores preocupados com questões socioambientais. É importante salientar que os educadores possuem um papel estratégico e decisivo na inserção da educação para a sustentabilidade, qualificando os alunos para um posicionamento crítico ante a crise socioambiental, tendo como horizonte a transformação de hábitos e práticas sociais e a formação de uma cidadania ambiental que os mobilize para a questão da sustentabilidade em seu significado mais abrangente (JACOBI, 2005).

4.1. METODOLOGIA DO PRODUTO

Para facilitar a compreensão dos docentes e auxiliar na concretização de uma proposta didática, a mesma foi dividida em duas etapas que compreendem: o planejamento e a implantação, quando foram realizados 12 encontros divididos em aulas expositivas dialogadas, aula de campo, visita técnica, mesa redonda e a construção do relatório técnico. Esse trabalho utilizou a técnica pedagógica ativa baseada em projetos.

O ensino por projetos é defendido na obra de Hernandez e Ventura (1998), que propõem o ensino por meio de projetos, uma vez que reforça o ensino e garante a aprendizagem, pois aproxima teoria da prática numa abordagem emancipatória, favorecendo a contextualização e a flexibilidade dos conteúdos curriculares.

Na etapa do planejamento o professor deve levar em consideração a ementa e o Programa Pedagógico Curso (PPC) e quais ferramentas ele pode utilizar para lhe auxiliar durante as aulas. O docente possui uma grande missão de planejar como os assuntos devem ser abordados, guiando os alunos na construção do conhecimento, emancipação, autonomia e compreensão da complexidade ambiental.

Seguindo a sequência da proposta didática após a elaboração do planejamento parte-se para a implantação da proposta. Esta etapa é dividida em: diagnóstico, intervenção e verificação da aprendizagem.

No diagnóstico o professor deve realizar uma análise bibliográfica dos documentos e livros que norteiam as aulas e efetuar a aplicação do questionário semiestruturado para verificação dos conhecimentos prévios dos alunos e a percepção dos mesmos sobre os temas de meio ambiente e responsabilidade socioambiental. A aplicação de um questionário inicial para os alunos teve como objetivo verificar a percepção do graduando acerca da temática abordada, o questionário é essencial para o docente, pois auxilia no planejamento das próximas aulas de como elas podem ser desenvolvidas.

Após o diagnóstico inicial parte-se para o processo de confecção e aplicação dos procedimentos intervencionistas, realizam-se na intervenção 05 aulas expositivas dialogadas, buscando auxiliar o discente a conhecer os conceitos básicos sobre meio ambiente, crise ambiental, complexidade ambiental, gestão ambiental e responsabilidade socioambiental, possibilitando o embasamento teórico dos alunos e a construção de uma visão crítica e holística dos graduandos sobre os desafios da sustentabilidade.

Cada aula teve a duração de 04 (quatro) horas, distribuídas em dois tempos de aula e um intervalo de 15 (quinze) minutos. Durante estas aulas expositivas foi explicado o processo de construção do relatório técnico e também como ocorreria o método de aprendizagem e construção do conhecimento. Além das etapas dessa metodologia ativa de ensino, os alunos foram divididos em grupos de 5 a 6 integrantes para que pudessem trabalhar em equipe no decorrer da realização das atividades.

Após a etapa das aulas expositivas, foi desenvolvida a aula de campo, onde o professor levou os alunos a um ambiente externo à sala de aula. Nesta pesquisa se optou em levar os alunos ao Parque Estadual do Utinga para que pudessem conhecer o projeto de educação ambiental do parque e assim se perceberem como meio ambiente e despertar nesses alunos uma prática consciente e reflexiva sobre as questões ambientais.

Efetuada a aula em campo, o professor parte para a terceira etapa que compreende a visita técnica, permitindo a vinculação dos conhecimentos teóricos e práticos acadêmicos adquiridos em sala de aula, com o universo profissional deste futuro administrador. A visita ocorreu na empresa Natura S.A, localizada Rod. Eng. Augusto Meira Filho, 3391, Benevides – PA, uma empresa conhecida internacionalmente do ramo de cosméticos e perfumaria e que possui trabalho de Gestão Socioambiental.

A quarta etapa foi uma mesa redonda onde foram convidados membros e líderes comunitários das comunidades vizinhas do polo industrial de Barcarena para que pudessem relatar, problematizar, discutir e esclarecer, os impactos sociais e ambientais que as comunidades sofreram após a implantação do polo industrial. A finalidade da mesa redonda é compreender a atuação das empresas no âmbito da responsabilidade socioambiental na perspectiva e no olhar das comunidades.

As aulas subsequentes às atividades é o momento de reflexão sobre os assuntos que os educandos conheceram e vivenciaram, nessas aulas o professor auxilia os discentes para trabalharem mais especificamente em seus projetos e no seu relatório técnico, estimulando os alunos a mostrarem e socializarem entre si os conhecimentos obtidos.

A pergunta motivadora para construção e elaboração do projeto foi: Qual cenário de riscos socioambientais é mais preocupante em nosso município? Com base nesta pergunta instigada nas aulas iniciais, os alunos pesquisaram, discutiram, participaram das atividades da metodologia e desenvolveram um relatório técnico.

No último encontro da disciplina os alunos puderam demonstrar para os colegas os resultados de sua pesquisa em uma apresentação em grupo, explanando sobre a construção dos seus relatórios, possibilitando o debate dos resultados alcançados, no final da aula foi reaplicado o questionário realizado no diagnóstico inicial, com o intuito de verificar a nova frequência das respostas dos alunos e se a proposta possibilitou aos alunos uma análise mais reflexiva sobre a complexidade ambiental.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o advento da aplicação da metodologia foi possível mensurar as dificuldades impostas para a execução das atividades externas devido às atividades laborativas dos alunos e de seus compromissos familiares, porém foi perceptível o engajamento e o entusiasmo deles em sair do rotineiro, de vislumbrar novas perspectivas de conhecimento e isso foi comprovado pela aceitação e comparecimento das atividades que ocorreu com a presença da totalidade dos discentes.

Ao analisar o questionário inicial foi possível compreender que os alunos em sua grande maioria não tiveram aulas sobre educação ambiental e os quais tiveram ocorreu em momentos pontuais como dia da árvore, dia do meio ambiente e sempre com um olhar de conservação do meio ambiente, Loureiro (2002) denomina este modelo como EA Conservacionista que tem como premissa a manutenção intacta de áreas protegidas e a defesa da biodiversidade, dissociando sociedade e natureza, um enfoque fortemente ecológico, pecando ao não colocar o homem como sujeito responsável pela crise ambiental e sua solução.

Ao fazer uma análise comparativa do questionário inicial e com sua reaplicação em especial no item que se questiona sobre o papel das empresas com o meio ambiente, as respostas iniciais versavam como temática central a preservação, enquanto que na reaplicação a temática central foi responsabilidade socioambiental e sustentabilidade. Foi possível perceber que os alunos conseguiram perceber as relações sociedade-natureza, os cenários riscos e a intervenção sobre os problemas e conflitos socioambientais.

Ainda sobre os questionários, em especial ao questionário final, quando perguntado sobre o que é gestão ambiental e a responsabilidade socioambiental a temática mais abordada pelos alunos foi o diálogo de saberes e a participação coletiva. Talvez essa abordagem seja reflexo da metodologia que possibilitou na primeira atividade externa uma aproximação com a natureza, na visita técnica de como a empresa visitada faz gestão socioambiental e na mesa redonda os problemas sofridos pelas comunidades. Acreditamos que a proposta pedagógica possibilitou aos alunos uma visão holística sobre as questões ambientais através da importância do diálogo de saberes no processo de gestão e responsabilidade socioambiental, nessa acepção Jacobi (2005) ensina que o diálogo de saberes pode formar o pensamento crítico, criativo e sintonizado com a necessidade de propor respostas para o futuro, capaz de analisar as complexas relações entre os processos naturais e sociais e de atuar no ambiente em uma perspectiva global, respeitando as diversidades socioculturais.

Ao analisar os 10 (dez) relatórios técnicos elaborados pelos alunos é possível perceber a compreensão dos mesmos acerca dos cenários de riscos ambientais, os trabalhos abordaram diversas temáticas como lixo, esgotamento sanitário, polo industrial de Abaetetuba entre outros. Onde os alunos tiveram o cuidado de analisar o cenário de risco e discutirem a situação em uma perspectiva socioambiental e que os riscos ocasionados geram impactos principalmente para as populações menos favorecidas, compreendemos que esta sensibilização e as soluções propostas pelos educandos reproduzem o perfil de um gestor que possui características gerenciais, mas também competências especiais para o desenvolvimento sustentável como:

interdisciplinariedade, ética, senso de justiça, empatia, compaixão, solidariedade, capacidades que vão além de um gestor convencional (DEMAJOROVIC; SILVA, 2012).

Dessa forma, foi possível perceber que com este estudo e o advento da aplicação da proposta pedagógica. Os discentes foram inseridos na busca da compreensão da complexidade ambiental, os cenários de riscos onde estarão inseridos profissionalmente e que possam ter um senso crítico e reflexivo sobre os problemas socioambientais e que pautem suas decisões e ações com justiça social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho vislumbra uma das possibilidades de garantir uma formação mais adaptada aos desafios da sustentabilidade de futuros bacharéis em Administração, permitindo uma maior abrangência sobre a complexidade das questões ambientais, através de uma proposta didática com uso de uma pedagogia ativa baseada em projetos que garantiu que os objetivos da pesquisa fossem alcançados.

As pedagogias ativas são descritas como caminhos para uma educação libertadora, capaz de formar um profissional ativo e apto a aprender e compreender o seu mundo. Nesse sentido, o trabalho se predispôs na construção e na aplicação de uma proposta pedagógica, buscando ao mesmo tempo verificar sua eficácia.

Destaca-se que as dificuldades encontradas para execução da pesquisa, não se torna mais relevante do que a possibilidade de construir conhecimento de maneira crítica, emancipatória e com autonomia, gerando um aprendizado mais condizente com o papel de futuros gestores, capazes de mudar a realidade atual das organizações.

Os resultados alcançados validam a pesquisa e demonstram sua importância para a ciência da Administração e para a prática pedagógica no ensino da Administração, compreendendo esforços da pesquisa acadêmica em duas áreas distintas: Administração e Educação. Assim, o estudo aqui descrito abre a possibilidade de estudos futuros como o ensino de temas de Ciências Ambientais de maneira interdisciplinar, possibilitando a inserção de temas ambientais nas disciplinas mais tradicionais do curso de Bacharelado em Administração.

7. REFERÊNCIAS

- BECK, Ulrich. *The risk society. Towards a new modernity*. Londres: Sage, 1992.
- BECK, U., GIDDENS, A. *The reinvention of politics. Rethinking modernity in the global social order*. Cambridge: Polity Press, 1997.
- BECKER, B. K. "Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?" *Parcerias Estratégicas*, n. 12, 2001, pp. 135-159.
- BECKER, B. K. *Amazônia. Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro, Garamond Universitária, 2004.
- BERTÉ, Rodrigo. *Gestão socioambiental no Brasil. Série desenvolvimento sustentável*. Curitiba: InterSaberes, 2013.
- CASTRO, Luís Felipe Perdigão. *Modernização Conservadora no Agro Brasileiro: Trajetória, Contradições E Alternativas*. *Revista Percurso*, v. 9, n. 1, p. 3-23, 2017.
- DEMAJOROVIC, Jacques. *Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa*. São Paulo: SENAC, 2003.

- DEMAJOROVIC, Jacques; SILVA, Helio Cesar Oliveira da. Formação interdisciplinar e sustentabilidade em cursos de administração: desafios e perspectivas. RAM, Rev. Adm. Mackenzie, São Paulo, v. 13, n. 5, p. 39-64, out. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-97120120005000&lng=en&jh. Acesso em 19 de agosto de 2019.
- DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental, Responsabilidade social e sustentabilidade. Atlas 3º ed. São Paulo. 2017.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Paulo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987.
- GUIMARÃES, M. Educação ambiental: no consenso um debate?. Campinas, Papyrus, 2000.
- Henri Acselrad, Alfredo Wagner de Almeida, Celio Bermann, Carlos Antônio Brandão, Eder Carneiro, Jean Pierre Leroy, Marijane Lisboa, Jeovah Meirelles, Cecilia Mello, Bruno Milanez, Luiz Fernando Novoa, Eliane Cantarino O´Dwyer, Raquel Rigotto, Horácio Antunes Sant'ana Júnior, Carlos B. Vainer y Andrea Zhouri, « Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? », e-cadernos ces [En línea], 17 | 2012, Puesto en línea el 01 septiembre 2012, consultado el 20 março 2019. URL : <http://journals.openedition.org/eces/1138> ; DOI : 10.4000/eces.1138.
- JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental: o desafio da construção do pensamento crítico, complexo e reflexivo. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, agosto de 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000200007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 19 de março de 2019.
- JACOBI, Pedro Roberto; RAUFFLET, Emmanuel; ARRUDA, Michelle Padovese de. Educação para a Sustentabilidade nos Cursos de Administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online), São Paulo, v. 12, n. 3, p. 21 a 50 de junho de 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712011000300003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 10 de maio de 2018.
- LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Sustentabilidade e Educação: Possibilidade e falácias de um discurso. João Pessoa: UFPB, 2003.
- LOPES, P. da C. Reflexões sobre as bases da formação do administrador profissional no ensino de graduação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ANPAD, 26., 2001. Salvador. Anais. Salvador: Anpad, 2002.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: Loureiro, C. F. B.; Layrargues, P. P.; Castro, R. S. (Org.). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002. p. 69-107
- LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e defesa ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, abr. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S19817462013000100004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 19 de agosto de 2018.
- LUI, Gabriel Henrique; MOLINA, Silvia Maria Guerra. OCUPAÇÃO HUMANA E TRANSFORMAÇÃO DAS PAISAGENS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA. Amazônica - Revista de Antropologia, [S.l.], v. 1, n. 1, abr. 2016. ISSN 2176-0675. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/156>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

QUINTAS, JOSÉ SILVA. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória (Org.). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília (DF): Edições Ministério do Meio Ambiente, 2004.

REIGOTA, M. O que é educação ambiental. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SPRINGETT, D. Education for sustainability in the business studies curriculum: a call for critical agenda. *Business Strategy and the environment*, n. 14, p. 146-159, 2005.

TACHIZAWA, Tareshy. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa, Atlas 8º ed. São Paulo. 2017.

TAVARES, Maria Goretti. A Amazônia Brasileira: Formação Histórico-Territorial E Perspectivas Para O Século XXI. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, no. 29, dez., 2011): 107-121. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74209>. Acesso em 18 de ago. 2018.

TEISSERENC, P. Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira, in *Revista Antropolítica*, n. 29, jul.-dez. 2010.

VOLPI, Marina Tazón. A universidade e sua responsabilidade social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2008, vol.23, n.68, pp.97-107.